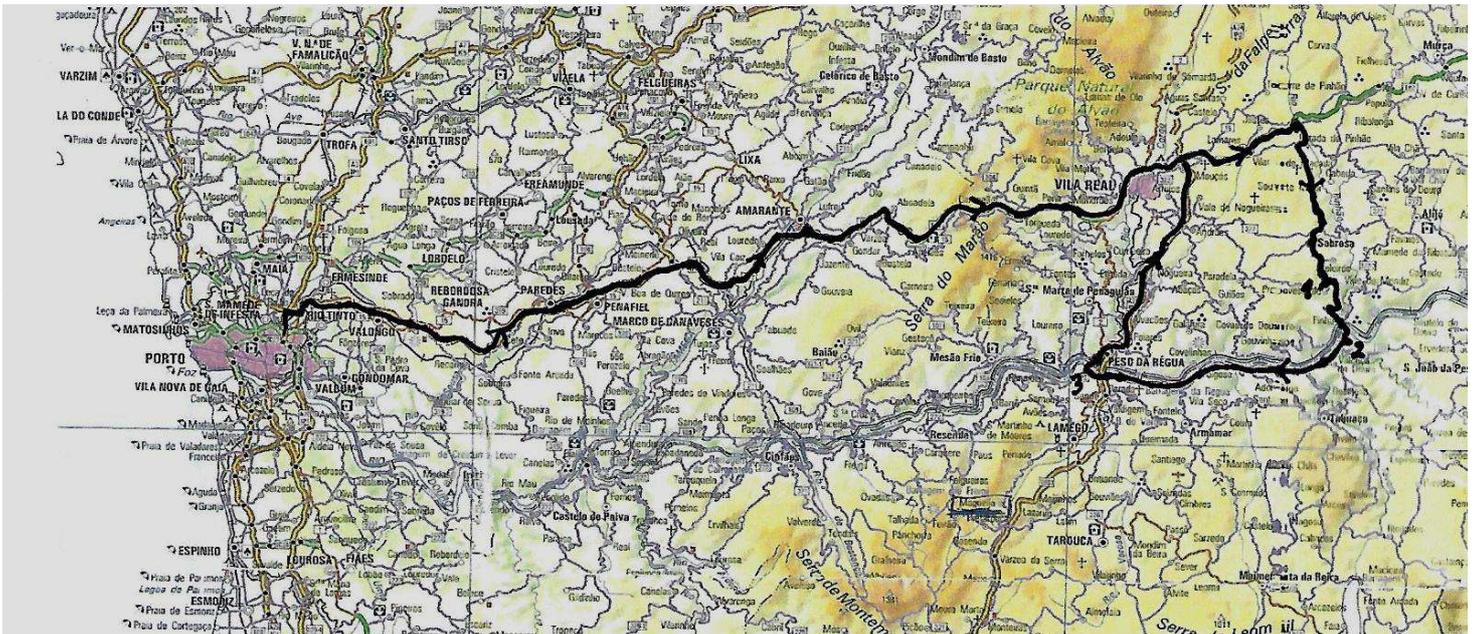


Helena Pina / António Barros Cardoso
Maio, 2017

Guia de Viagem de Estudo



***A região duriense:
vinha, património e desenvolvimento sustentável***

FLUP, 2017

Itinerário:

Manhã: Porto, Vila Real, Provesende

Tarde: Provesende, Pinhão, Valença do Douro (Quinta do Seixo), Cambres (Quinta dos Varais)

8h15m- partida do Porto (FLUP)

10h- Vila Real, Provesende (Sabrosa)

Visita de uma aldeia histórica duriense, Provesende; Quinta e Casa da Calçada, Casa solarenga do século XVIII

13h / 14h30m - almoço

15h- Pinhão (estação do caminho de ferro com os seus azulejos, inaugurada em 1880)

15h30m- Quinta do Seixo, Valença do Douro (Tabuaço)- Cima Corgo

17h45m- Quinta dos Varais, Cambres (Lamego)- Baixo Corgo

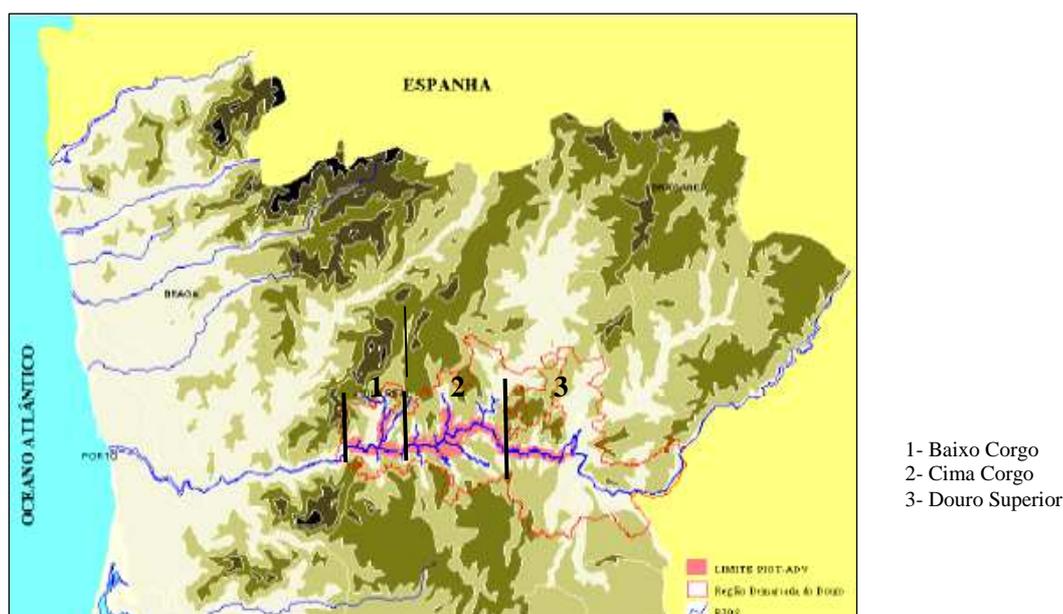
20h30m- regresso ao Porto

1-A Região Demarcada do Douro: um quadro paisagístico distintivo classificado pela UNESCO

Espaço paradigmático de renome mundial, a Região Demarcada do Douro (RDD), parte da qual foi classificada como Património Mundial da Humanidade, em Dezembro de 2001, foi criada e regulamentada em 1756 no seguimento da instauração da “Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro” (Aguiar, 2000).

Situada a cerca de 100 quilómetros a leste da cidade do Porto, instalando-se no vale do Rio Douro e principais afluentes, a RDD espalha-se por cerca de 250 000 ha, embora apenas 45000 estejam ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2016). Aqui se sucedem as paisagens idílicas onde se multiplicam os socalcos, alguns dos quais seculares, repletos de videiras de castas específicas regionais com as quais se produzem vinhos de excepcional qualidade.

Muito heterogénea, a RDD principia em Mesão Frio, seu extremo oeste, prolongando-se até à fronteira com Espanha. Na realidade, embora seja a vinha e o vinho que lhe possibilitam a sua individualidade e que sustentam este património, é a diversidade paisagística que se impõe mas num contexto que aumenta as suas potencialidades, já que o vale do Douro, a “espinha dorsal” da região com a sua orientação dominante E-W, envolto em vertentes com fortes declives exceto no Baixo Corgo, proporciona cenários diferenciados e deslumbrantes. Outros fatores de ordem social e económica acentuam estas diferenças. Neste contexto, surgem três subregiões: Baixo Corgo (BC), Cima Corgo (CC) e Douro Superior (DS) (Fig. 1).



Fonte: Plano Interm. De Orden. Territ. Do Alto Douro Vinhateiro, UTAD

Fig. 1- A Região Demarcada do Douro e as suas subregiões.

Evidenciamos estas diferenças iniciando pelas altimétricas. E, efetivamente, elas são indissociáveis, já que a altitude varia entre os 50 e os 600 metros, atingindo-se valores superiores nos diversos maciços montanhosos que envolvem e protegem o vale. Todavia, é a altitudes inferiores a 500 metros que se multiplicam os terraços ocupados pela vinha, já que ultrapassados os 500 metros de altitude, apenas subsistem resquícios vitícolas, num clima de transição e num substrato rochoso já predominantemente granítico. Com efeito, embora a área vitícola se implante em solos de origem xisto-grauváquico ante-ordovícico, onde existe uma abundância de fragmentos xistosos que afloram à superfície, estes solos são rodeados por formações geológicas de natureza granítica, ou outra, que os penetram inclusivamente em alguns lugares e que afloram mesmo à superfície.

Em termos climáticos também se descobrem assimetrias, pois apesar de na região dominar um microclima de matriz mediterrânea, ele acentua-se e “continentaliza-se” quando se caminha para leste, enquanto se dilui quando se ascende nas vertentes, proporcionando que, enquanto nas proximidades do rio Douro as temperaturas estivais ultrapassem frequentemente os 35°C, e ainda sejam superiores no Douro Superior, a maiores altitudes a temperatura baixa (Pina, 2007). Por seu lado, a precipitação média anual, para além de ser inferior nas proximidades do rio Douro, ainda diminui para leste, proporcionando que os cerca de 900 milímetros registados na cidade do Peso da Régua (BC) regridam para 710 mm no Pinhão (CC) e no espaço raiano (DS) não ultrapassem 400 milímetros. Daqui decorrem problemas hídricos indissociáveis, sobretudo no Douro Superior (Pina, 2012b). Obviamente que, quando se ascende nas vertentes, aumenta o grau de humidade e a pluviosidade, situação bem vincada no Baixo Corgo. Neste contexto, sobressai um autêntico "mosaico paisagístico" no espaço duriense, mas onde as aptidões vitícolas são notórias e diferenciadas, sendo desta variedade de cenários que surgem os vinhos de cambiantes organolépticas diversas, quer entre os Vinhos do Porto, quer entre os não licorosos, independentemente de serem DOC, VQPRD ou outros vinhos regionais.

Enfim, é inegável a interferência que os fatores de ordem física exercem na individualização da Região Demarcada, mas também na multiplicação das assimetrias regionais que podemos sintetizar do seguinte modo (Fig. 1): Baixo Corgo, (Foto 1) a subregião mais ocidental e mais húmida, mas também com maior historial, pois foi o “berço” da região; segue-se o Cima Corgo, (Foto 2) o “Coração do Vinho do Porto”, com um vale extremamente encaixado, onde proliferam os litossolos xistosos com um índice de fragmentos superior ao do Baixo Corgo, o que favorece uma vinha de maior qualidade; neste enquadramento, concentram-se aqui as grandes quintas de estrutura empresarial, imagem que contrasta em absoluto com o “bordado predial” do Baixo Corgo, reflexo do domínio sub-regional da pequena propriedade familiar ; por último, a montante, surge o Douro Superior, (Foto 3) subregião antes vocacionada para os cereais, a amendoeira e a oliveira, mas que desde os anos setenta do século XX acolheu uma significativa expansão vitícola, apesar da existência de uma atmosfera por vezes escaldante e das acentuadas deficiências hídricas, superiores às detetadas nas outras subregiões.

Indissociáveis dos fatores de natureza física surgem os antrópicos, designadamente os histórico-jurídicos, os demográficos e os económicos, para além dos culturais. Foi esta complexidade e especificidades, aliás, que justificou a distinção parcial da região vitícola como Património da Humanidade, em dezembro de 2001.



Foto 1 - Imagem do Baixo Corgo.



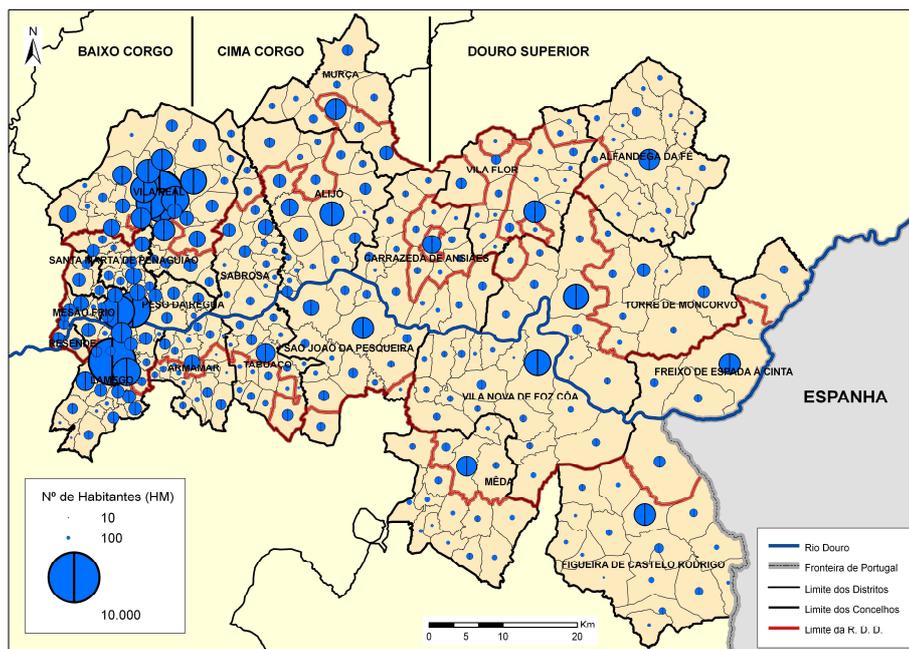
Foto 2 – Imagem do Cima Corgo



Foto 3 . Imagem do Douro Superior

Mas, sendo a viticultura o sustentáculo económico da região, há que privilegiar embora sem descurar o soberbo património paisagístico, para além do cultural e do arquitetónico existente na região (Pina, 2012a). Com efeito, foi a vinha e o vinho que possibilitaram a existência de um património muito rico, quer religioso, quer civil. Realce-se, por exemplo, o impacto das habitações dispersas pelas vertentes, envoltas em vinhedos, algumas das quais correspondendo a casas senhoriais do século XVIII e XIX (Pina, 2012a), ou o pulular de igrejas e capelas dos séculos XVII a XIX, ou ainda os núcleos urbanos regionais, sobretudo os que se inserem no eixo Vila Real / Lamego (Baixo Corgo), onde se concentra mais de 56% da população residente (Fig. 2).

Assim pontuam núcleos como Vila Real (BC) que se desenvolveu no cruzamento das principais acessibilidades regionais, mas sobretudo desde a década de setenta do século XX, na sequência da instalação do Instituto Politécnico, atual Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Aqui se multiplicam os exemplares religiosos de diversas épocas, para além do Palácio de Mateus, expoente máximo da arquitetura barroca no norte de Portugal. Permanecendo na margem direita do rio Douro, refira-se também a cidade do Peso da Régua, a “capital do Vinho do Porto”, enquanto na margem esquerda deparamos com Lamego, cidade episcopal detentora de um historial e de um património fabulosos.



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE, Lisboa
 Fig. 2 - População residente, por freguesia, em 2011.

Avançando para o Cima Corgo também se sucedem os núcleos urbanos que, embora de pequena dimensão (2000 a 5000 habitantes), acumularam uma riqueza cultural e arquitetónica de nomeada, como Tabuaço e S. João da Pesqueira. Já no Douro Superior deparamos com Torre de Moncorvo e o Vale da Vilariça, ou Freixo de Espada à Cinta, vila manuelina raiana. Por último, não podemos ignorar outras vertentes culturais como o Parque Arqueológico do Vale do Côa, também classificado pela UNESCO, e o Parque Natural do Douro Internacional, com as suas arribas e promontórios, onde se conjuga a vinha com outros aspetos ambientais (Dermendzhieva et al, 2011). É, de facto, uma soberba diversidade paisagística e arquitetónica que sobressai na RDD, multiplicando-se os recursos endógenos específicos e diferenciadores que ainda são ampliados por outras potencialidades de cariz cultural como as festas e romarias, as tradições associadas à vindima e a outros trabalhos agrícolas, os festivais temáticos e as feiras regionais, entre outros (Pina, 2012 a, c, 2013).

Todavia, os obstáculos ao seu desenvolvimento sucedem-se, nomeadamente os demográficos (Pina, 2013), decorrentes de um nítido declínio demográfico, por sua vez indissociável do envelhecimento estrutural da população residente (Fig.3). Entretanto, são exíguas as alternativas laborais, bem como o empreendedorismo. Foi, aliás, neste enquadramento que se fomentaram amplos fluxos migratórios, sobremaneira desde a segunda metade do século XX, razão pela qual é já problemática a continuidade do setor agrícola.

Outro grande constrangimento ao dinamismo regional decorre da deficiência das acessibilidades, quadro que só se alterou efetivamente após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Neste contexto, facilitou-se a expansão da vinha, progressivamente mecanizada, enquanto em simultâneo se vincavam as adaptações paisagísticas que permitiram a descaracterização da paisagem tradicional, surgindo diferentes tipologias de socalcos que substituíram os tradicionais suportados por muros de xisto de “pedra solta”. Assim surgiu a “vinha ao alto” ou a “vinha em patamares”, de facto mecanizáveis, mas acompanhadas pelo derrube dos muros e ravinamentos no inverno, bem como pela degradação dos solos. Por outro lado, com estas inovações se minimizassem as carências de assalariados e se aumentasse a produtividade, em simultâneo também se dilatava a área ocupada pelos vinhedos, sobretudo no Cima Corgo e, de modo muito particular, no Douro Superior, e se alterava a paisagem e as vivências sociais (Lourenço, 2008). Todas estas alterações se inscreviam no território, ainda de uma forma muito dualista,

contrapondo-se à tradição e alguma estagnação familiar, a transformação e a modernização empresarial, apoiada em extensas explorações vitícolas capitalizadas financeira e tecnicamente (Pina, 2007, 2012b).

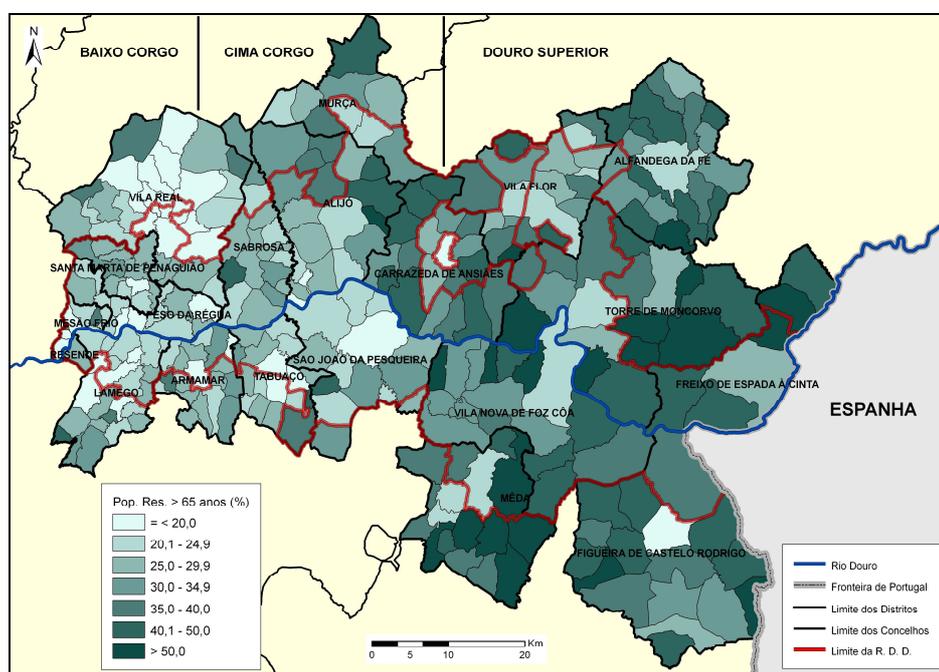


Fig. 3 - População residente com mais de 65 anos em 2011 (%).

Apesar das contrariedades, é inquestionável o desenvolvimento regional, aproveitando capitais próprios e apoios comunitários transcritos para os planos estratégicos nacionais (PRODER, PDR 2020, ...). Desta forma, aumenta a rentabilidade do setor vitícola, setor estratégico, ainda dilatada a partir do final da década de oitenta do século XX pelo turismo, particularmente pelo enoturismo e outras modalidades de Turismo em Espaço Rural. É uma aposta indiscutível na região, sobretudo entre as médias e grandes quintas, independentemente de serem de estrutura familiar ou empresarial.

O turismo é efetivamente uma aposta estratégica na região duriense, nomeadamente o TER. Turismo não convencional, o TER corresponde a um “conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, prestados a turistas em espaço rural, mediante pagamento.”. Pretende oferecer ao turista a oportunidade de reviver as práticas locais, participando nas atividades agrícolas, apreendendo valores e tradições culturais e gastronómicas das sociedades autóctones, beneficiando da sua hospedagem e de acolhimento personalizado. Efetivamente, estamos perante uma tipologia de alojamento representativa da identidade rural e cultural da região onde se insere, correspondendo a uma oferta ambientalmente integrada e a uma mais-valia turística da região, já que deve envolver os diversos atores locais (Turismo de Portugal, I.P).

Atividade que incide sobretudo nas médias e grandes explorações vitícolas, o turismo em espaço rural privilegia, com muita frequência, antigas casas senhoriais, numa tentativa de as revitalizar, bem como às explorações vitícolas que lhes estão associadas, aumentando o rendimento dos produtores agrícolas, enquanto dinamiza outras atividades económicas que dele são tributárias e que interagem (artesanato, produção e venda de artigos agrícolas tradicionais, serviços de animação, guias, etc.). Assim se potencia um quadro paisagístico atrativo que preservou e dinamizou a autenticidade e os interesses culturais.

Modalidade de hospedagem que se instituiu no espaço nacional através do Decreto-Lei nº 256/86, o TER associado ao Agroturismo e ao Turismo de Habitação, só foi efetivamente regulamentado a partir de 1986, com destaque para o quadro legal de 2002, mas sobretudo para o de 2008. Assim se em 1986 o TER apenas abrangia um número limitado de tipologias, em 2002 apontavam-se já diversas. Foi porém em 2008 que surgiu nova legislação que veio regular a prestação destes serviços de alojamento temporário, distinguindo-se desde então os seguintes: TURISMO DE HABITAÇÃO (estabelecimento de natureza familiar, instalado em imóvel antigo de grande valor arquitectónico, histórico ou artístico); TURISMO EM ESPAÇO RURAL (Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais); TURISMO NATUREZA (alojamento a turistas integrados em áreas classificadas com valores naturais reconhecidos, dispondo de animação ambiental, visita a áreas naturais, desportos de natureza, interpretação ambiental). Posteriormente, dado o despontar de novas realidades de alojamento, surgiu o Decreto-Lei nº 128/2014, alterado posteriormente (2014 / 2015), que veio esclarecer alguns pormenores e abranger os novos alojamento que despontam.

Em simultâneo surgiram instrumentos financeiros de apoio a esta atividade que, no período 2007/2013 se baseou nos “Programas Operacionais Temáticos” e no “Programa Operacional regional” que, conjugados com o “Programa de Desenvolvimento Rural” (PRODER), ou ainda com o PIT (Programa de Intervenção do Turismo) e o Crédito de Investimento no Turismo, possibilitaram uma ampla expansão do TER na RDD. No quadro atual persistem as diversas hipóteses de apoio financeiro, prolongando-se o PRODER no PDR2020. Há, no entanto, que destacar o programa VALORIZAR, que abarca projetos turísticos no interior. Neste contexto e perante a existência de múltiplos recursos turísticos regionais e de uma via navegável, o Rio Douro, sobretudo após a sua classificação pela UNESCO, a região surgiu como um pólo turístico estratégico, sucedendo-se os investimentos privados de diferentes tipologias, mas onde o TER sobressai.

Resta acrescentar que após a distinção feita pela UNESCO, se sucederam também grandes investimentos turísticos, nomeadamente hotelaria com Spa. Além disso, não podemos ignorar que o Vale do Douro é um dos destinos turísticos envolvidos na criação de uma rede mundial de turismo que perspectiva a “excelência”, rede esta reconhecida pela Organização Mundial de Turismo. Obviamente que nestes projetos de desenvolvimento turístico, está subjacente a dinamização da economia local e regional na sua globalidade, num quadro sustentável para além da manutenção das especificidades territoriais, independentemente de serem paisagísticas, ambientais, económicas, sociais ou culturais.

Assim se aposta na qualidade distintiva, mas num contexto apelativo, abrangendo nestas dinâmicas as entidades públicas e privadas, para além da população autóctone, os efetivos depositários e preservadores do património local. Assim se rentabiliza os investimentos e se preserva a paisagem e o seu património arquitectónico, para além de se facilitar a divulgação do quadro paisagístico, do historial, da gastronomia e das tradições durienses.

Dada a extensão da região vitícola duriense, nesta viagem apenas nos debruçaremos sobre alguns aspetos das duas subregiões vitícolas mais ocidentais, o **Baixo Corgo** e o **Cima Corgo**. Visitaremos uma pequena aldeia histórica vinhateira, Provesende, que deve todo o seu dinamismo e historial à vitivinicultura, bem como duas quintas, sendo uma de coordenação e estrutura familiar e outra empresarial.

2- Provesende – aldeia vinhateira do Douro

Provesende insere-se nos limites da Região Demarcada do Douro. Outrora foi concelho mas hoje é apenas uma freguesia que integra o concelho de Sabrosa. Trata-se de um espaço geográfico marcadamente rural que não perdeu sua raiz histórica e por isso apresenta ainda as características principais que favoreceram em particular a exploração vitivinícola.

O núcleo habitacional da freguesia está implantado num planalto na margem direita do Rio Pinhão, sobranceiro ao Monte de S. Domingos, dista cerca de 5 km do Rio Douro. Confina a Norte e Este com as freguesias

de Vilarinho de S. Romão, Celeiros e com o Rio Pinhão; a Poente com a freguesia de Paços; a Sul faz limite com Gouvães e a Sudeste com a de S. Cristóvão de Douro.

Embora aquando da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial tenha ficado fora do perímetro da classificação por parte da UNESCO, Provesende é conhecida pela sua particularidade de aldeia vinhateira. De facto começou por ser uma das mais importantes e promissoras Vilas do Alto Douro. Alguns amantes da História local remetem as origens desta Vila para épocas anteriores à fundação da nacionalidade, face aos vestígios arqueológicos encontrados no povoado castrejo de São Domingos que a encimou e que foi responsável pelo evoluir o povoado medieval. De facto, as referências documentais mais antigas relativas a esta localidade estão num documento de 1128 e constam das Memórias Paroquiais de 1758: "*Tem termo próprio, e nelle couto concedido pello Senhor Rey D. Afonso Henriques em hua doação q fez ao presbítero Nuno e seus companheiros que viviao com grande edificação do mundo em hum convento próximo a Ermida e naquelle tempo Igreja de S. Marinha esta doação foi feita no anno de 1128. Como consta de certo Livro intitulado o Livro da fé folhas 139v o qual Livro se conserva no archivo da Sé primacial*". Apesar da importância desta referência, o estudo mais aturado da reorganização da diocese de Braga permitiu ler de forma sistemática uma cronologia para Provesende: " 1102, doação à Sé «*in villa quam vodtant villar de Provecendo*» (DP., III, n° 88); 1115, *pascond II confirma ao arcebispo de Braga «cautum de Provescendi»* (papsturkunden, p. 166); 1140, *carta de couto « vobis domno N uno presbítero ac vestri congregationi (...) cautum ad eremita Saneiam Maríne (...) in loco qui vocatur Viliarium (...) in foze de Fontana que intrat in Pinione inter Sancti Christofori et Sancti Johanni et inde quomodo ascendit per capita montium a linde Provezendi id sub fonte de Cervos quomodo concludet Provezendini*» (DR., I, n° 176); 1142, o presbítero Nuno faz doação à Sé «*in Pannonias in loco ubi vodtant illa heremita de Sancta Marina discurrentibus aquis de Pinion in Dorium (...) eccle-siam de Sancta Marina cum totó suo cauto*» (L. Fidei, does. 521 e 803); 1144 - D. João Peculiar concede carta de f orai «*populatoribus illius cauti de Sancta Marina*» (Col. Cron., cx. I, doe. 13, or (?) car.); 1220, «*De Sancta Maríe de Provesindi*»; 1290, «*Freeguysia de Sancta Maria de Provesendi*»; 1320, «*Ecclesia Saneie Maríne de Provesendi ad octuaginta libras*»; 1371, «*Ecclesia de Perovessendi (c) in primo triennio V libras*»; 1528, «*Provesende câmara do arcebispo*»" (Costa, P.e Avelino de Jesus, 1959, p. 166.).

Ou seja, Provesende foi Couto da Sé de Braga até ao ano de 1834 e a sua fundação terá ocorrido em data incerta, mas seguramente anterior ao ano de 1102.

2.1 - Importância de Provesende no século XVIII

Foi nesta altura que a *Villa de Provezende* atingiu o seu auge de desenvolvimento, com origem na economia vitivinícola que levou a que muitas famílias nobres a fixarem residência na urbe. Socorremo-nos da Memórias Paroquiais de 1758 para lembrar que, nessa altura, Provesende contava com: " (...) *cento e sesenta fogos ou vizinhos e septecentos e sincoenta pessoas*" (ANTT Dicionário Geográfico, sd, fls.1979).

A arqueologia tem mostrado que é longa a tradição de produção vinícola no Douro e fá-la remontar ao período romano em terras do Douro-Norte. Contudo, foi na Época Medieval que a cultura vinícola ganhou maior peso no Douro com a fixação dos cistercienses, mais sentida no Douro-Sul, mas que não deixou de se expandir para estas terras. A emergência do mercado inglês que se começa a desenhar como potencial absorvente das produções do Douro desde meados do século XVII, ganhou no século XVIII, com a presença britânica na cidade do Porto, contornos de grandeza que não mais deixará de ser notada na economia regional e nacional. A crescente procura de vinhos de qualidade fomentou o plantio de novas vinhas e num curto espaço de tempo a paisagem do Douro muda. Provesende acompanha esta evolução: "*he o vinho o fruto mais abundante q se recolhe em Provezende he de vinho branco o mais sellete por doce, claro, activo e generoso, entre vinho tinto e branco que se colhe nestas (...) anno por outro levará o dizimo cento e vinte e cinco pipas mais ou menos poucas*" assim o inquérito pombalino. Ou seja, a par do pão, das castanhas, do azeite e de muito apreciadas e gostosas frutas, os

vinhos, tintos e brancos, mas em particular estes últimos ganharam relevância na economia da terra ” (ANTT Dicionário Geográfico, sd, fls.1977).

Depois de, em 1756, Pombal, por solicitação dos principais produtores de vinhos do Douro residentes no Porto, encabeçados por Frei João de Mansilha, ter decretado a criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro e ter feito nascer a primeira região vinhateira demarcada e regulamentada do mundo, logo em 1761 Provesende é incluída na área produtora de vinhos de feitoria (FONSECA, 1949-1951: vol 3, p.30).

A emergência do liberalismo oitocentista foi responsável pela vinda para a Vila de burgueses proprietários dos bens e títulos da velha aristocracia, entretanto arruinada ou perseguida. Corresponde a uma segunda fase do desenvolvimento do povoado. Nessa altura entram em Provesende novos hábitos e gostos, patentes na diversidade das suas habitações.

A reforma administrativa de Mousinho da Silveira, eleva Provesende a concelho, com as freguesias de S. Cristóvão do Douro, Gouvães do Douro, Pinhão, Covas do Douro, Gouvinhas e Paradela de Guiães. Mas a década de sessenta foi desastrosa para o Douro em geral e Provesende não escapou às agruras das doenças da vinha responsáveis pelo empobrecimento e pela emigração em massa. Só para finais do século XIX é fundada em Provesende, uma escola de "enxertadores" para combater a filoxera, sob a direção de Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira. Debelava-se a doença mas, logo em 1853 era extinto o concelho de Provesende, passando Sabrosa a sede de Concelho. Era o principio do declinar de Provesende.

2.2- Patrimónios edificados classificados e vernaculares

Como alguém escreveu, ficou deste passado que brevemente revisitamos " (...) *uma obra de arte, modelada por gerações, guiada pela experiência, pela razão e pela intuição.*" (BARROS, 2005: p. 92).

O êxodo rural a que aludimos contribuiu sobremaneira para a adulteração da paisagem de Provesende. Os espaços agrícolas foram abandonados e com isso o património edificado definhou. A par as áreas de floresta passaram a ser pouco cuidadas. A construção de feição mais vernacular prolifera incorporando de forma desordenada um passado histórico com a inclusão de modelos construtivos de realidades sócio-económicas com raízes diferentes dos referentes sócio-rurais de Provesende. Apesar de tudo é ainda possível visitar o que restou de um passado prestigiante e próspero.



Foto 4 – Exemplo da arquitetura resultante da proliferação da construção de tipo vernacular em Provesende

2.3 - A fusão patrimonial

Agora misturam-se “casas grandes” com patrimónios de menor dimensão arquitectónica que reflectem elos entre a nobreza, a burguesia e o povo que mimetiza aqueles grupos sociais já nos gestos, já nas vivências, mas também nas construções que, por insuficiência de meios, não reproduzem na totalidade. Contudo, estes patrimónios vernaculares ajudam igualmente à percepção de como os homens e as mulheres de Provesende viveram no tempo, ou seja permitem-nos ir ao encontro do objecto da História. As construções de cariz mais rico ou mais pobre têm hoje valor acrescido, já que são o fruto do saber e da experiência acumulada que ao longo do tempo construiu o lugar de Provesende onde se percebem duas áreas distintas:

- a) A área central é balizada pela presença de quatro elementos arquitectónicos definidores de espaços: a Igreja de Matriz S. João Baptista, a Casa de Praça, o Pelourinho e a Fonte; posicionados em forma triangular delimitando uma praça.
- b) A zona Poente, próximo da saída para Monte de S. Domingos, apresenta casas rurais mais arcaicas, quer pela sua estrutura arquitectónica como pelos armamentos de dimensões mais exíguas, pensamos que esta zona é o núcleo inicial de Provesende.

Na sua maior parte estes edifícios poderão ser datados entre os finais do séc. XVIII e princípios do XIX, onde encontrar bons exemplos de várias soluções da arquitectura da região.

Coabitam na aldeia arquitecturas simples e sem grandes composições formais (com arquitecturas complexas e estruturalmente organizadas (de carácter mais erudito) um *Provesende urbano* e um *Provesende rural*.

2.4 O carácter urbano de Provesende

Está empregue na sua complexidade estrutural patente na hierarquização dos espaços; pela tipologia dos edifícios de excelente valor patrimonial para a dimensão comum, como por exemplo na representação do poder político com o Pelourinho (Foto 5), Casa da Praça e pela Fonte (Foto 6), que apresenta um carácter extra-rural, quer pela sua ornamentação como pela qualidade arquitectónica.



Foto 5 – Casa da Praça e pelourinho



Foto 6 – Fonte de Provesende

A arquitetura Urbana: segue a tipologia utiliza sistemas construtivos mistos, assenta na repetição de modelos. Exemplos as casas Casas de Santa Catarina e Casa de Fundo de Vila.



Foto 7- Casa de Santa Catarina

Já da arquitetura Erudita Antiga que tem como base a utilização de materiais nobres nos elementos que compõem a fachada, no interior são utilizados materiais locais. É uma arquitetura nobilitada, que pretende mostrar através do tratamento das suas fachadas quem é a família residente, normalmente destaca-se da arquitetura implantada na região. Identificam-se em Provesende diversos níveis de patrimonialidade:

- a) Monumental Antigo: de programa arquitetónico mais erudito patente na igreja, capelas, fontanário, pelourinho e casas sola-rengas e brasonadas com ou sem capela anexa. Com o primeiro andar reservado a habitação e o rés-do-chão é utilizado para adegas, lagares de azeite/vinho, depósito, etc.
- b) Vernacular Antigo: casas de menor programa arquitectónico, mas de maior flexibilidade, inclui-se as construções adjetivas como lagares, adegas, eiras e armazéns.

- c) Vernacular Recente: integra casas datadas dos anos 70/80 do século XX com azulejos, cores escuras e casas mais recentes que utilizaram granito nas padieiras e como material de revestimento e cores claras.

Estas escalas de patrimonialidade lêem-se na Casa do Santo (Foto 8), Casa dos Belezas (Foto 9), Casa da Calçada (Foto 10), Igreja Matriz de S. João Baptista (Foto 11), Casa do Ratão (Foto 12), Casa do Bastardo e Casa da Praça.



Foto 8 - Casa do Santo



Foto 9 - Solar dos Belezas



Foto 10 - Casa da Calçada



Foto 11 – Igreja Matriz de Provesende



Foto 12 – Casa do Ratão

Nos últimos anos, o reforço dos centros históricos da Região do Douro tem beneficiado dos sucessivos programas comunitários de apoio à sua recuperação e valorização. Provesende viu também melhorado o seu edificado quer através da requalificação quer pela inserção desta antiga aldeia na rede de aldeias vinhateiras do Douro, programa que mimetizou parcialmente Concurso da *Aldeia mais Portuguesa de Portugal* que, ainda promovido ainda pelo Estado Novo, assentava numa filosofia política que o a nossa inserção na comunidade europeia concretizou. Referimo-nos à certeza de que a melhor forma de preservação do património implica a sua valorização e promoção turística.

3- A viticultura duriense: história, cultura e economia

3.1 - Quinta do Seixo, Valença do Douro (Tabuaço - CC): uma quinta de tipologia empresarial com enoturismo

Avancemos até ao Pinhão e atravessemos o rio Douro, inserindo-nos em Valença do Douro, freguesia do concelho de Tabuaço (Cima Corgo), abrange uma área de 8,96 km², onde residem 363 habitantes (Censos 2011,

INE), o que corresponde a uma densidade de 40,5 hab/km². Foi vila e sede de concelho entre 1514 e 1836, período do qual persistem a Casa da Câmara, a Cadeia e o Pelourinho.

Situada nesta freguesia da margem sul do Rio Douro, ascendendo nas vertentes direcionadas a N e leste, entre 100 e 350 m de altitude, deparamos com a Quinta do Seixo. Implantada na confluência do Rio Douro com o Rio Torto, possui um enquadramento paisagístico deslumbrante (Foto 13) para os seus 90 hectares, 75 dos quais ocupados pela vinha contínua.

Quinta com um longo historial, é deveras grandiosa! Aliás, é deste modo que o autor da obra “O Douro Maravilhoso” se refere à Quinta do Seixo. Esta quinta é propriedade do Grupo Sogrape, Vinhos S.A., empresa liderada pela terceira geração da família fundadora, os Vanzeller Guedes. Esta quinta teve uma recente reabilitação e remodelação, surgindo melhor preparada para o turismo, razão pela qual os prémios não tardaram a chegar, como foi “Best of Wine Tourism 2010” na categoria arquitetura, galardão atribuído pela “Great Wine Capitals” – Rede Mundial de Cidades Capitais de Grandes Vinhedos.



Foto 13 - A Quinta do Seixo (Sandeman)- Valença do Douro.

Quinta que remonta remonta ao século XVIII, ainda que, na época das demarcações pombalinas, não apareça mencionada, a área que hoje ocupa ficou inserida na demarcação de 1757 (primeiras demarcações do Douro Vinhateiro) “para terrenos que produzem vinho de ramo com o preço de 19\$200 réis, para se vender a trinta reis ao ramo, e se embarcar para o Brasil e Lisboa quando houver falta de vinho fino”, ou seja, não lhes foi atribuído então o qualificativo de Feitoria, correspondente aos terrenos do melhor vinho. De igual modo, na demarcação efetuada no ano seguinte, 1758, os vinhos foram taxados a 19\$200 réis, não sofrendo alteração em 1761, última das chamadas demarcações pombalinas, por serem realizadas durante o consulado do Marquês de Pombal, o grande reformador da viticultura duriense e responsável pela criação desta região como a primeira do mundo a ser demarcada e regulamentada. Apesar disso, em 1759, a requerimento de José Ribeiro Monteiro, sacerdote do hábito de S. Pedro e morador em Provesende, proprietário de uma quinta no lugar que devia compreender encostas que atualmente estão, com toda a probabilidade, incluídas nas quintas do Seixo e Espinheiro, recorreu das decisões pombalinas, para que a sua quinta fosse incluída na Feitoria de 1759 e de 1761 (como áreas produtoras de vinhos para exportação através da Feitoria Inglesa do Porto). Apesar de a petição ter sido aceite, as mesmas terras

continuaram em 1761 a ver os seus vinhos classificados de 19\$200. Só mais tarde, em 1788, nas demarcações marianas (D. Maria I), a área que a Quinta do Seixo ocupa viria a ser incluída na marca vinhos de Feitoria.

No século XVIII esta quinta pertencia a Miguel Almeida Caiado, proprietário de terras no Alto Douro e 9º Morgado da Pesqueira, 7º de Penedono. A família Almeida Caiado, era das mais influentes em S. João da Pesqueira, fixando residência na atual freguesia de Trevões, cabeça de concelho até 1836. Posteriormente, a Quinta do Seixo passa para o filho António Almeida Coutinho Lemos, 1º Barão do Seixo (título criado por D. Maria I a 19 de Julho de 1845). O 1º Barão do Seixo, nasceu em 1818 e morreu, com 51 anos, em 1869. Foi fidalgo cavaleiro e administrador do vínculo dos Almeida Caiado, em Trevões e dos da Pesqueira e Penedono e Senhor das Quintas do Seixo e do Cachão, atingindo simultaneamente o estatuto de grande negociante e proprietário no Douro. Cavaleiro da Ordem da Torre e da Espada, alcançou-se a um dos cargos mais importantes da estrutura gestora do Douro, ou seja, o de Presidente da Direção da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada por Pombal em 1756, cargo que exerceu entre 1858 e 1867.

A Quinta do Seixo pertenceu durante muitos anos a esta família que a vende, por volta de 1880, a Miguel de Sousa Guedes, muito provavelmente em consequência dos danos provocados nas vinhas pela filoxera e posterior liquidação de bens do Barão do Seixo. Efetivamente, no decorrer da destruição dos vinhedos provocada pela doença, a que veio juntar-se a abolição dos vínculos, em 1863, assiste-se a consideráveis mudanças na estrutura fundiária do Douro dessa época. Os novos proprietários são agora, em muitos casos, homens ligados ao mundo dos negócios da cidade do Porto, exportadores de vinhos, nacionais ou estrangeiros, mas também banqueiros e capitalistas que investem num negócio então muito lucrativo – o do vinho, em particular o Vinho do Porto. Foi o caso, por exemplo, de Miguel de Sousa Guedes, capitalista e negociante português, cuja família estava já ligada a interesses vinhateiros na região do Douro enquanto proprietária da Quinta de Valdigem. Sousa Guedes adquire a partir dos anos oitenta do século XIX, a Quinta das Carvalhas, a das Baratas, a das Covadas, a de Santo António ou do Zeferino, a da Pedra Caldeira e a Quinta do Seixo, tornando-se um dos maiores proprietários da região.

O seu desejo pela posse da Quinta do Seixo, começou a desenhar-se na sequência da liquidação dos bens do Barão do Seixo. De facto, um tio de Miguel de Sousa Guedes, simultaneamente o maior credor do Barão do Seixo, Constantino do Vale Cabral, também ele proprietário da Quinta do Sarzedinho, tornou-se dono de um grande stock de Vinho do Porto pertença do Barão. Conhecedor dos atributos do seu sobrinho (o já referido Miguel de Sousa Guedes) recorreu ao seu auxílio delineando então a casa Miguel de Sousa Guedes, que teve início em 1851. Contudo, a Quinta do Seixo, tudo o que parece indicar, não foi arrestada juntamente com os outros bens do Barão do Seixo, sendo somente mais tarde comprada por esta firma que se fundou a partir do stock de vinhos do Barão do Seixo.

Mais tarde, em 1909, Miguel Guedes deu sociedade ao seu irmão mais novo, Agostinho de Sousa Guedes, pelo que a firma adoptou a designação de Miguel de Sousa Guedes & Irmão. Os dois irmãos foram, respetivamente, vice-cônsul dos Estados Unidos da América e cônsul do México em Portugal.

Miguel de Sousa Guedes não era só um grande proprietário mas também um experimentado exportador de vinhos. A empresa que fundou, tinha uma posição firme nos mercados estrangeiros, como o atestavam os numerosos prémios alcançados pelos vinhos produzidos na região duriense e saídos dos seus armazéns de Vila Nova de Gaia. As medalhas de ouro recebidas nas exposições de Paris (1878, 1886, 1889), Rio de Janeiro (1879), Boston (1886), Bruxelas (1888) e Milão (1906) e os Gran Prix nas de Paris (1900), e S. Luiz (1904).

Não sendo um produtor absentista, bem pelo contrário, Miguel Sousa Guedes, era também um observador das atividades desenvolvidas nas suas propriedades vitícolas, pelo que não delegava as tarefas de velar pela boa preparação da vinha somente aos administradores das quintas. Diz-se que, fazia questão, embora já "*...idoso, atarracado, e rotundo*", de participar na "*...ocasião própria na pisa, na moenda, na surriba, na poda, na enxofra, em qualquer das propriedades*". Acresce que a Quinta do Seixo parece ter sido para Miguel Sousa Guedes um cadinho experimental. Lá replantou mesmo vinhas inteiras.

Em 1973 a Empresa *Miguel de Sousa Guedes & Irmão, Lda.*, transfere para a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, SARL* (Real Companhia Velha) todos os bens do seu ativo, completando a integração naquela Companhia, pelo que a sociedade constituída pelos irmãos Guedes é dada por extinta, quase 120 anos após a sua fundação. Já no século XX, em 1979, a quinta foi novamente transacionada, sendo seu adquirente a firma A. A. Ferreira S.A., iniciando-se uma nova fase já que começaram por renovar os vinhedos, apostando na “vinha ao alto”, fazendo com que dos velhos socalcos tradicionais só sobejasse um terço no início da década de noventa do século passado. Entretanto, mais recentemente (século XXI), adotou-se a “vinha em patamares”, a que hoje observamos a dominar a paisagem.

Propriedade da Sogrape Vinhos desde 1987, quando adquiriu a Firma A. A. Ferreira S.A. juntamente com as marcas “Ferreira” para vinhos do Porto e “Casa Ferreirinha” para os vinhos Douro, a empresa investiu também num Centro de Vinificação tecnológico instalado na Quinta do Seixo onde produzem vinhos do Porto e Douro de elevada qualidade. É o caso do “Esteva”, vinho tinto não licoroso, mas, obviamente, também do vinho do Porto.

Resta acrescentar que em 2007 o Grupo Sogrape investiu num moderno centro de vinificação. Trata-se de um projeto inovador não só pela alta tecnologia utilizada na adega, mas também pela criação de um circuito turístico. Virada para o enoturismo, a Quinta do Seixo representa hoje também uma plataforma centralizadora de produção dos Vinhos Sogrape na subregião do Cima Corgo. Esta adega vinifica todas as uvas oriundas das propriedades do Grupo Sogrape no Douro, bem como das propriedades dos lavradores que lhes vendem as uvas. Parte do processo de produção nesta adega é tradicional, utilizando-se cumulativamente as novas tecnologias. Aliam-se assim as duas vertentes, ou seja, os lagares de pedra tradicionais aos quais se juntou um robot mecânico, que efetua o trabalho de pisa, antes concretizada de forma tradicional (pisa a pé). Tudo isto é conseguido apenas com o recurso a um enólogo coordenador.

Nesta quinta se promovem visitas guiadas às vinhas e à adega (visita clássica, provas víquicas, provas gourmet, ...). Permite igualmente a visualização do processo de vinificação, sem que haja qualquer interferência do observador. Destaca-se no museu da quinta, a inovação tecnológica na recriação animada do processo vinícola, a realização de ações de sensibilização dos turistas aquando das visitas às vinhas (práticas agrícolas de carácter ambiental, respeito pelo meio ambiente e proteção paisagística).

A Sogrape também tem apostado na reconversão das vinhas, na senda do que já tinha sido feito nos anos setenta pela Firma Ferreira. Esta aposta tem vindo a ser ganha, ano a ano. A opção foi para uma reconversão alargada, utilizando castas tradicionais, ao mesmo tempo que se diversificou a vinha com a junção de novas castas autorizadas. Sandeman é, dentro do grupo Sogrape, a marca mais conhecida internacionalmente, por isso, dedicaram este projeto à marca. Em estudo está, como futuro projeto, a abertura de um restaurante na Quinta do Seixo.

Em síntese, de carácter familiar e exclusivamente de produção vinícola, passados 200 anos abre-se ao público, ganhando dimensão turística. De salientar que, as vinhas em patamar da Quinta do Seixo, enquadram um conjunto arquitetónico do qual fazem parte a casa de habitação, desde sempre residência dos caseiros, mas parcialmente transformada em museu, a que se junta uma capela do século XVIII.

3.2 - Quinta dos Varais, Cambres (Lamego): uma unidade familiar do BC

Direcionemo-nos para Cambres, freguesia do concelho de Lamego, localizada entre dois dos principais núcleos urbanos regionais, Lamego e Peso da Régua. Abrange uma área total de 11,28 km². Envolta em paisagens excecionais e amplo património, não obstante, em termos demográficos acompanha a evolução comum à generalidade das freguesias rurais: depois de registar acréscimos populacionais, se bem que limitados e descontinuados até 1940 quando atingiu 4719 residentes (Rec. Geral Pop. 1940, INE), posteriormente

sucederam-se os decréscimos, persistindo na freguesia, em 2011, apenas 2066 habitantes (Censos 2011, INE). Tal proporciona uma densidade de 183,2 hab/km². A sua sede foi elevada a vila em 4 de junho de 1997.

É nesta freguesia que se localiza a Quinta dos Varais (Foto 14 e 15). Quinta com 13 hectares de vinhedos recentemente renovados, direcionada à Régua, a marginar o rio Douro, detém, na verdade, um enquadramento paisagístico fenomenal.



Foto 14 - A Casa dos Varais.



Foto 15 - Pormenor da sala de jantar da Casa dos Varais.

Possuidora de uma casa senhorial envolta em vinhedos, depois de uma fase em que, mantendo a tradição, se apostou exclusivamente na produção de vinhos quer generosos, quer tranquilos, sobretudo a partir de 2012 e preservando a estrutura familiar, recuperou-se o edificado e diversificou-se as suas funções, apostando na comercialização dos vinhos e no turismo. Assim nasceu o enoturismo que se conjuga com a produção de vinhos. Contudo, a aposta na vertente turística nesta quinta recua aos anos oitenta do século XX, como verificaremos.

Recordemos, porém, que em termos territoriais, o TER teve as suas origens no início dos anos oitenta do século XX, com maior incidência no Baixo Corgo e, secundariamente, no Cima Corgo. No Douro Superior quase não tinha expressão. Na década seguinte, por seu lado, verificou-se uma grande expansão, ainda incrementada após

2001, enquanto se diversificavam as tipologias. No início do século XXI, porém, sobressaía uma forte ascendência do enoturismo e do agroturismo e, apesar da maior dispersão territorial, prosseguiu o realce do Baixo Corgo (Fig. 4)

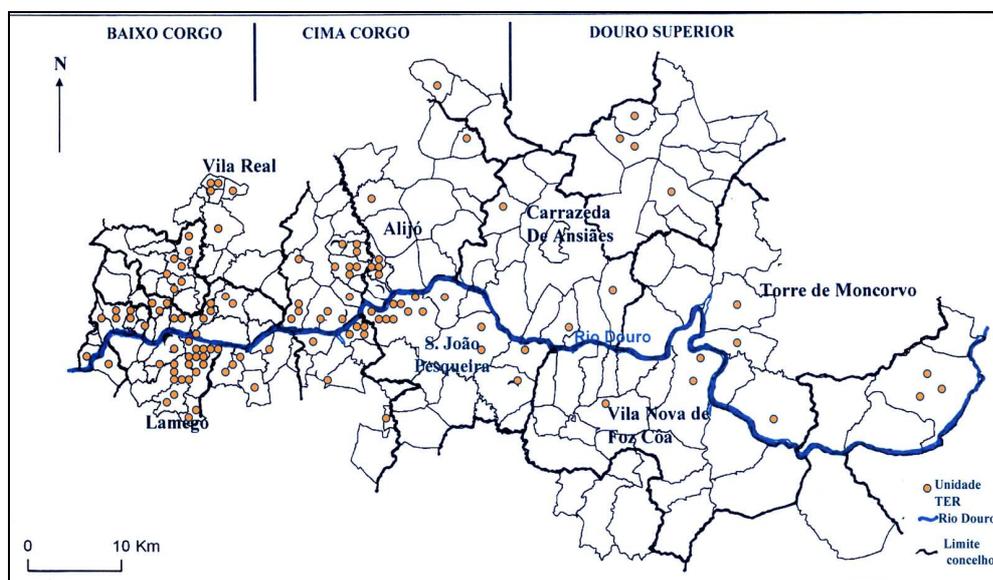


Fig. 4 - O TER na Região Demarcada do Douro, em 2016.

Estas unidades TER começam por reestruturar os seus vinhedos, apostando de seguida no turismo, apoiando-se para tal, na conjugação de fundos comunitários com capital próprio. Para além da obrigatória dormida, fornecem diversos serviços como refeições e, mais ocasionalmente, SPA, piscina, campo de ténis ou picadeiro. Destacam-se, contudo, as atividades associadas à vitivinicultura como a visita às adegas e vinhas, a degustação e venda de vinhos, a participação nas atividades agrícolas, tudo sob uma forte vertente lúdica. Todavia, a capacidade de alojamento é reduzida (cerca de 50% têm menos de 7 quartos), enquanto é inegável uma grande sazonalidade, dado que o período preferencial decorre entre Maio a Outubro, com maior incidência ainda durante as vindimas. Esta sazonalidade, porém, tem-se alterado, adicionando o proprietário à vinha e ao vinho, a exploração do olival e das árvores de fruto em termos turísticos também.

No que se refere ao quadro humano de apoio às atividades, enquanto o proprietário, na generalidade dos casos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos, ou mais avançada ainda, este possui formação de nível superior que complementa com outra na área do turismo e vitivinicultura, forma de potenciar o património herdado e a nova atividade. Todavia, as senhoras são cada vez mais as coordenadoras deste novo projeto. Neste contexto, se revitaliza e preserva um património soberbo, enquanto os proprietários dilatam e diversificam os seus rendimentos. Todavia, o impacto social do TER é limitado, já que é reduzido o número de assalariados (geralmente 1 ou 2), na generalidade do sexo feminino, com baixa escolarização, residentes na própria freguesia. Para os serviços especializados, em número restrito, estes assalariados cada vez mais obtiveram a sua formação nos pólos universitários ou politécnicos regionais, e residem nas sedes concelhias.

Outro aspeto a destacar relaciona-se com a grande correlação existente entre as casas de grande valor patrimonial e o TER. Com frequência, estas antigas casas senhoriais, revitalizam-se, bem como às explorações vitícolas que lhes estão associadas. A título de exemplo selecionamos a Quinta e Casa dos Varais (Baixo Corgo). Situada na margem esquerda do Rio Douro, na freguesia de Cambres (Lamego) a Quinta e Casa dos Varais ostenta um longo historial. Efetivamente terá sido a primeira propriedade que se integrou nos bens patrimoniais da Ordem de Cister no Douro, em 1142, produzindo-se aqui o primeiro "Vinho Cheirante de Lamego", hoje conhecido como Vinho do Porto (Cardoso, 2012). E se até 1773 a Quinta dos Varais estava dependente do Convento de Salzedas, pagando as rendas anuais sobretudo em vinhos, desde então foi adquirida por esta família duriense, na posse da qual permanece.

Ao longo dos seu historial esta quinta foi registando diversas alterações quer fundiárias, quer técnicas, se bem que, sobretudo, desde a década de oitenta do século XX. Com efeito, se na área da viticultura se procedeu à reestruturação e conseqüente mecanização dos vinhedos, para além da seleção das castas, na vinificação adaptaram-se os lagares em granito bem como os armazéns, tornando-os mais funcionais e modernos. Em simultâneo, passaram a comercializar os vinhos de mesa com a designação do nome da quinta, ainda nos anos oitenta, lançando no mercado o primeiro vinho branco vinificado pelo processo da 'bica-aberta'. Já na década de noventa passou a comercializar os vinhos tintos, para além do Vinho do Porto, produzidos em lagares de granito, com pisa humana das uvas, estagiando depois os vinhos em pipas de carvalho.

Por seu turno, esta propriedade também sofreu alterações na sua estrutura e dimensão. Limitemo-nos, porém, aos séculos XX e XXI. Na verdade, se em 1919 a quinta detinha cerca de 7 ha onde pontuava vinha, olival, pomares e horta, posteriormente, os seus proprietários foram adquirindo prédios contíguos (1940/49, cerca de 2 ha; 1950/59, mais 2 ha e em 1980 outros 2 ha, num prédio onde existia uma casa de caseiros). Neste contexto, desde 1980, a propriedade abrange cerca de 13 hectares de vinhedos.

Sendo a vinha o sustentáculo económico da região e da Casa dos Varais, uma das estratégias preferenciais foi efetivamente a renovação dos vinhedos, candidatando para tal os proprietários projetos a fundos comunitários. O primeiro concretizou-se em 1980 (2 ha), seguindo-se a renovação de mais 4,9 ha em 1989 e entre 1993/96 a reestruturação de mais 3 ha e, por último, em 1999/2000, outros 2. A renovação da totalidade dos vinhedos finalizou-se em 2009/10, proporcionando que toda a vinha estivesse renovada e mecanizada. Em simultâneo e recorrendo também a projetos subsidiados, adquiria cubas, maquinaria e alfaias agrícolas, fase que incluiu uma linha de engarrafamento. Modernizaram também os lagares, tendo já em mente o turismo. Neste contexto, se em 1987 necessitava de 4 homens e 2 mulheres para executar os trabalhos agrícolas, em 2015 reduzira para 2 homens e 3 mulheres (meios dias), dada a mecanização dos trabalhos.

Entretanto, surgia a aposta no TER como complemento da vitivinicultura. Havia efetivamente que dilatar e diversificar as fontes de rendimento da propriedade, razão pela qual a proprietária, então com 60 anos de idade, em 1984, aceitou o desafio da Secretária de Estado do Turismo que se deslocou à RDD para implementar o "Turismo de Habitação" na região, dado o seu potencial. Após reunião entre os responsáveis políticos e os proprietários durienses, apenas D. Lúcia Girão aceitou o desafio, vencendo reservas e obstáculos instalados quer na família, quer no exterior. Para criar as condições, adaptou a Casa familiar recorrendo a crédito bonificado, criando assim 3 quartos, a que se adicionou mais um em 2013 (uma suite). Estava instalado o Turismo de Habitação no Douro. Posteriormente, em 1993, surgia uma nova aposta, na sequência da revitalização da antiga casa do caseiro. Desocupada, foi adaptada a "Agroturismo", integrando-se perfeitamente na paisagem. Assim se instalaram duas modalidades de turismo na Quinta e Casa dos Varais: Turismo de Habitação (casa do séc. XVIII) e Agroturismo (antiga casa dos caseiros).

Qual o impacte destes investimentos? Estas duas tipologias de turismo são frequentadas sobretudo por casais da classe média/alta, com 50 ou mais anos, maioritariamente reformados, se bem que mais recentemente se multipliquem os casais mais jovens com 1 ou 2 filhos, para além de hóspedes individuais, técnicos relacionados com a cultura da vinha e do vinho (comerciantes, enólogos), ou ainda jornalistas. Efetivamente, após 2001, é visível a maior afluência e interesse pela região duriense, o que proporcionou a criação de 2 postos de trabalho permanentes, 2 senhoras, mas também vários ocasionais, quando recebem grupos. Aos turistas proporciona diversas atividades como a participação em vindimas, lagaradas ou provas comentadas; visitas às vinhas, lagares e armazéns, para além de itinerários na região. Por outro lado, instituiu-se uma efetiva complementaridade com outras instituições (hotéis, outras quintas, associações), facilitando a apresentação de vinhos através da realização de uma pequena feira, na qual participam Adegas Cooperativas, outras quintas, etc. Acresce que outras quintas fazem também o seu vinho em Varais, dada a existência de instalações e meios técnicos modernos. Assim se revitaliza um património e se dinamiza a região.

É evidente o impacto da aposta no turismo numa perspetiva multifuncional para a preservação e maior rendimento das unidades vitícolas de estrutura familiar na região duriense.

Algumas notas finais

Apesar da Região Demarcada do Douro possuir um soberbo património e múltiplas potencialidades, os problemas persistem. Em termos estratégicos, a vinha e o turismo, nas suas diversas vertentes, constituem os vetores chave para o desenvolvimento regional, facilitando a preservação da paisagem num contexto multifuncional. Assim se multiplicaram as unidades de TER na região, com exemplos representativos das várias modalidades, se bem que tenhamos de realçar o enoturismo, o turismo de habitação e o agroturismo. No entanto, estes casos têm de ser visualizados de uma forma holística, nomeadamente o enoturismo, em que a vitivinicultura é indissociável da paisagem, da cultura, da história, das tradições e da gastronomia. Para tal, exige-se a articulação entre os agentes económicos e os organismos institucionais, a definição de estratégias locais e regionais que proporcionem uma gestão e um marketing eficazes, mas também a existência de experiências inovadoras que não desvirtuem as especificidades autóctones, as tradições e a cultura regionais, para além da complementaridade entre a RDD e a área envolvente.

Há, de facto, que promover o desenvolvimento regional de uma forma harmoniosa, sustentada, respeitando as especificidades locais e apostando na qualidade e conservação do quadro paisagístico e arquitetónico, mas também na sociedade, revitalizando o artesanato e outras atividades endógenas, aplicando estratégias que mitiguem o declínio demográfico. Assim se dinamizam estas paisagens patrimonializadas pela UNESCO, como ficou patente com a Quinta e Casa dos Varais, onde, à recuperação dos vinhedos, se seguiu a revitalização da casa solarenga do século XVIII, bem como outro património construído, num cenário onde a inovação se conjuga com a tradição, num contexto onde o turismo é importante, mas sem negligenciar a vinha e o vinho, o sustentáculo económico da região. Nestas estratégias não se ignora também o quadro social, os residentes, os efetivos preservadores deste património.

Resta acrescentar que, embora estes investimentos no TER se multipliquem na região, são insuficientes, mas, efetivamente, possibilitam a preservação de edifícios históricos e das respetivas explorações vitícolas, para além de alicerçarem um impacto social, visto que, embora em número limitado e sazonal (verão e outono), são criados postos de trabalho. Assim se rentabiliza os investimentos, para além de se facilitar a divulgação do quadro paisagístico, do historical, da gastronomia e das tradições locais e regionais. Assim se conjuga a tradição com a inovação num quadro tendencialmente sustentável.

Bibliografia

- AA.VV. (2000) *Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas I e II*. Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro - Estudos e Documentos, nº4
- ABREU, L. (2012), Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro, In *Direito Rural, Vida Económica* Editorial S.A, Porto, 34
- AGUIAR, F. (2000) Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, APDR, Coimbra, 83-90
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) - *Património: seu entendimento e sua gestão*. Porto: Etnos
- ANDRESEN, T. e REBELO, J. (2013), *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*, Volume 1 – Relatório de Avaliação e Volume 2 – Estudos de Base. UP / UTAD, Porto
- AZEVEDO, Correia de (1976), *O Douro Maravilhoso*, n. p. n.d..
- AZEVEDO, Correia de (1974) *Brasões e casas brasonadas do Douro*. [s. Ls.n.]

- BARROS, Márcia (2004) *Provesende: identidade de uma aldeia vinhateira* In Douro - Estudos & Documentos. GHEVID. (Atas do 2º Congresso Internacional – História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro) Vol. III, Vol. 19, p. 87-109.
- CALWAY, M. (2012), Networks and Networking in Rural Tourism: Irish Evidence, in *Changing Rural Spaces*, Horizons in Geography, University of Haifa, vol. 81-82, 69-82, Israel
- CARDOSO, A. (2012), *A Magna Carta da História do Vinho do Porto, A Escritura de Cister (1142)*, Edições Amadora Sintra, Sintra
- CARDOSO, António Barros (2003) *Baco & Hermes – O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-156)*, Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Vol. I e II.
- CCDRN (2007), *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto
- COSTA, P.e Avelino de Jesus da (1959) *O Bispo D. Pedro e Organização da Diocese de Braga*. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): ed. Policopiada, Coimbra
- DERMENDHZIEVA, S. et al (2011), Danube and Douro, two rivers one destination the axis of connection or world sociocultural barriers, in Acts International Conference “*International dialogue and education in the Balkans and Eastern Europe*”, University of Verliko Tarnovo, Bulgária
- FAUVRELLE, Natália (1999)- *Quintas do Douro - As Arquitecturas do Vinho do Porto*. Dissertação de Mestrado em Historia da Arte, Porto: FLUP
- FAUVRELLE, Natália (2000) *O Património vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores*. In Douro - Estudos & Documentos. GHEVID. Vol. 7.
- FERREIRA, J. (2012), *A Sustentabilidade do Alto Douro vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira (1996) – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira (1949) – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. I.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira (1949)– *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. II.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira (1949) – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. III.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira (2002) *As demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1996. n°14, Porto
- INE (2009), *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989 e 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE. (vários). *Recenseamento Gerais da População*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet (1992) *Douro: as quintas do vinho do Porto*. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores
- LOURENÇO, J. et al (2008), Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro, Univ. Minho, Braga.
- MEMÓRIA PAROQUIAIS – IAN/TT, Dicionário Geográfico, I. 30.
- MONTEIRO, Manuel (1911) *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga (1994)- *Arquitectura tradicional portuguesa*. 2ª edição, Lisboa, Edições D. Quixote
- PINA, H. (2007), *O Alto Douro- um espaço contrastante em mutação*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa
- PINA, H. (2010), The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area, in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department Geography, Faculty Arts, University Maribor (Slovenia), p.27-42
- PINA, H. (2012a), How to enhance, yet preserve, the social and cultural heritage of the Rural Douro region, including the festivities?, *Espaço Aberto- PPGC*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 15p.
- PINA, H. (2012b). Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades, *Journal of Geography*, Galway, 123-139

PINA, H. (2012c), A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando, e-book *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, Faculdade Letras Universidade Porto, Porto, 22 p.

PINA, H. (2013), *The Rural population of the Douro region (Portugal): a problematic situation*, in “ Geographical Sciences and Education”, Conference Proceedings, edit. Stela Dermendzhieva, Athanas Dermendzhiev, Milen Penev, Konstantin Prelavsky University of Shumen, Shumen

PINA, H. (2014), *The New Generation and the Strategic Development of the Alto Douro: the importance of Innovation and Entrepreneurship*, in Proceeding “30 years of the Department in the University of Veliko Tarnovo”, University of Veliko Tarnovo , Bulgaria, p.125-134

PINHO LEAL, Augusto Barbosa, FERREIRA, Pedro Augusto (1873-1890) *Portugal Antigo e Moderno [...]*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira e C^a - Livraria Editora de Tavares Cardoso

QUEIROZ, J. et al. (2010), Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en fort pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro. CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.

RODRIGUES, M. et al (2012) Climatic Zoning and Vineyards Aptitude in the Douro Region (North of Portugal), in 19th Annual Colloquium of IGU, CSRS, National University of Ireland, Galway, Ireland

SEVERO, Ricardo (1905-1908) *O Castro de Vilarinho de Cotas*, in “Portugália”: Porto, p.263-269.

SIPIDOURO (2001) *Programa das Aldeias de Quarta Geração de Trás-os-Montes e Alto Douro: concepção geral do programa*. Vol. I, Vila Real

ZUQUETE, Afonso, (Direc.) 1989) *Nobreza de Portugal e Brasil III Vol*, Editorial Enciclopédia, 2^a edição, Lisboa, Vol. III.

Agradecimentos: Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território). Integra-se de igual modo no Convénio de Cooperação entre a Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto